

## ANEXO III

### Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

Denominação social:

Número de identificação fiscal  
(NIF):

1 - \_\_\_\_\_ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de \_\_\_\_\_ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário (a) no procedimento para a celebração de "Acordo quadro de serviço móvel terrestre", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>ii</sup>:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional<sup>iii</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional<sup>iv</sup> v];

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos<sup>vi</sup>;

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho<sup>vii</sup>;

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal]<sup>viii</sup>;

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica \_\_\_\_\_ como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados<sup>ix</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada<sup>x</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[data] [Assinatura<sup>xi</sup>]

**Data**

**Assinatura do Concorrente/ Representante Legal**

---

---

- 
- i Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas
  - ii No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"
  - iii Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
  - iv Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
  - v Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva
  - vi Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória
  - vii Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória
  - viii Declarar consoante a situação
  - ix Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
  - x No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
  - xi Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.